

A. I. N° - 207155.0008/01-2
AUTUADO - SARKIS TECIDOS LTDA.
AUTUANTE - INOCÊNCIA OLIVEIRA ALCÂNTARA
ORIGEM - INFAZ BONOCÔ (INFAZ BROTAS)
INTERNET - 15. 08. 2002

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0285-04/02

EMENTA: ICMS. IMPOSTO LANÇADO E NÃO RECOLHIDO. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 09/05/01, exige ICMS no valor de R\$ 3.761,62, decorrente da falta de recolhimento do imposto, no prazo regulamentar, referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios.

O autuado apresentou defesa tempestiva e alegou que a autuação englobou saídas tributadas e não tributadas. Diz que todas essas saídas foram consideradas como se caracterizassem obrigações de recolher ICMS. Reconhece que deve imposto, porém não concorda com o montante levantado. Solicita diligência fiscal, uma vez que o débito tributário, para ser inscrito em dívida ativa, necessita de liquidez e certeza. Ao final, pede que o Auto de Infração seja julgado procedente em parte.

Na informação fiscal, a autuante afirma que a apuração do imposto foi efetuada pelo próprio autuado no livro Registro de Apuração de ICMS, conforme fls. 6 a 8. Ao final, ratifica a autuação.

O processo foi submetido à pauta suplementar e a 4ª Junta de Julgamento Fiscal decidiu enviá-lo, em diligência, à INFAZ de origem para que fosse juntada a procuração do patrono do autuado. Às fls. 28 e 29, a diligência foi atendida.

VOTO

Com relação ao pedido de diligência fiscal feito pelo autuado, observo que os elementos constantes nos autos são suficientes para a formação de minha convicção. Também, constato que a diligência seria destinada a verificar fatos vinculados à escrituração fiscal que está na posse do autuado e cuja prova ele poderia ter juntado aos autos. Assim, com fulcro no artigo 147, I, “a” e “b”, do RPAF/99, indefiro a solicitação.

Entrando no mérito da lide, da análise das peças e comprovações que integram o processo, constato que o autuado escriturou, no seu livro Registro de Apuração de ICMS (fls. 6 a 8), a existência de imposto a recolher nos meses de janeiro a março de 2001, porém esses débitos não foram recolhidos.

Considerando que o autuado limitou-se a negar a acusação, sem trazer qualquer prova de que não lançou, nos livros fiscais próprios, os valores cobrados pela autuante, entendo que a infração ficou caracterizada e que é devido o montante cobrado no Auto de Infração.

Pelo acima exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 207155.0008/01-2, lavrado contra **SARKIS TECIDOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de R\$ 3.761,62, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, I, “a”, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 08 de agosto de 2002.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO – PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA – RELATOR

ANSELMO LEITE BRUM – JULGADOR